

## Maciel cobra de Cabral projeto mais expressivo

Cuiabá — O senador Marco Maciel, presidente do Partido da Frente Liberal, afirmou ontem, nesta capital, que o ideal seria que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), apresentasse um substitutivo para o projeto de Constituição, permitindo que o material chegasse ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte já em condições de expressar os anseios da Nação.

Marco Maciel fez esta afirmação ao explicar os trabalhos dos constituintes até o momento. "Há cinco meses nós instalamos a Constituinte e, infelizmente, não temos ainda algo que possa ser considerado como um verdadeiro projeto de constituição para o País", frisou o senador, comentando ainda que não acredita que o presidente Sarney envie um projeto de Constituição para ser apreciado. "No máximo, o presidente fará algumas sugestões e não de forma direta, mas através dos seus líderes no Congresso", disse.

O presidente nacional do PFL veio a Cuiabá tentar contornar a crise que o par-

tido vive hoje no Estado, com a saída conjunta do ex-governador Wilmar Peres de Faria e dos deputados estaduais Teocles Maciel e Roberto Cruz. Anteriormente à noite ele se reuniu com as bancadas estadual e federal do PFL e ontem se encontrou com as lideranças do interior. "A crise do PFL é de crescimento, à medida em que o partido se afirma, enfrenta problemas inerentes à própria expansão. Agora, o mais importante é que o PFL de Mato Grosso se fortaleça para as próximas eleições, filiando o senador arriscou ainda um comentário sobre a Convenção Nacional do PMDB, ao ser perguntado sobre a discussão do mandato do Presidente da República. "É difícil fazer uma previsão, mas acredito que deverá prevalecer o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. É importante que não acoplemos à Constituinte uma campanha eleitoral. O fundamental agora é concentrar esforços na elaboração da nova Constituição e não em uma eleição presidencial, que de quatro em quatro anos ou de cinco em cinco anos é um mero episódio na vida nacional".

# Projeto chega mais cedo ao plenário

## Acordo de liderança apressa trabalho da Assembleia Constituinte

Ao contrário do que muitos temiam, o projeto de Constituição poderá chegar antes do prazo previsto ao plenário da Constituinte: se tudo der certo, amanhã, ou, no máximo, até segunda-feira. Depois de muitos conflitos e confrontos pela intensa discussão sobre a competência da Comissão de Sistematização para decidir sobre matérias de mérito nesta fase dos trabalhos, ontem finalmente todos os líderes de partidos se reuniram com o presidente Afonso Arinos e fecharam um acordo.

Hoje mesmo a Comissão deverá apreciar um requerimento dos líderes no sentido de que só seja votado o parecer do relator Bernardo Cabral sobre as 300 emendas consideradas de adequação, encaminhando-se o projeto com as demais emendas de mérito diretamente para o plenário da Constituinte.

O líder do PMDB e um dos relatores adjuntos, senador Fernando Henrique Cardoso, saiu satisfeito da reunião, e ao anunciar o acordo que possibilitaria a queima de etapas — que chamou de "economia processual" — disse que se caminhava finalmente para o entendimento. "Pelo menos assim evitaremos uma batalha de Itararé, pois o acordo é de que ninguém pedirá votação em destaque, deixando tudo para o plenário da Constituinte. Ninguém precisará gastar energia de forma desnecessária".

Igualmente satisfeito com o entendimento, o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli ponderou que

o acordo de lideranças eliminará as incoerências, além de queimar etapas dentro do cronograma da Constituinte. "Se todos os partidos concordarem em votar hoje o parecer do relator Bernardo Cabral quanto às emendas de forma, poderemos remeter o projeto diretamente para o plenário da Constituinte. Acelera-se o processo e chegaremos logo onde todos querem chegar, que é a discussão das matérias de mérito".

O projeto com o parecer das 300 emendas consideradas de adequação pelo relator Bernardo Cabral foram entregues ao final do dia pelo senador Fernando Henrique Cardoso ao presidente da Sistematização Afonso Arinos. A entrega solene não pode ser feita pelo relator, que teve de viajar às pressas ao Rio de Janeiro para visitar o filho que se encontra em tratamento de uma paralisia facial parcial.

Antes de viajar Bernardo Cabral deixou tudo pronto com a equipe de relatores adjuntos e sequer participou da reunião que resultou na decisão de antecipar os prazos do cronograma. Teve porém, de analisar mais 600 emendas que lhe foram encaminhadas pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), consideradas como de adequação na revisão do trabalho feito pela equipe de técnicos do Prodasen. Destas 600 emendas, apenas 13 foram admitidas como de compatibilização. "Meu parecer será entregue no prazo regimental", explicou.

Da reunião em que se começou a negociar o "pacto de Brasília", como denominou Fernando Henrique Cardoso, não participaram apenas os representantes dos pequenos partidos — PT, PCB, PC do B, PL e PSB — que deverão ser procurados hoje pelos líderes Carlos Chiarelli e Fernando Henrique para receber o acordo. Estavam presentes além do presidente Afonso Arinos, o líder do governo Carlos Sant'Anna, do PDT, Brandão Monteiro e Vivaldo Barbosa; do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, José Ignácio Ferreira, Nelson Jobim e Aluizio Campos, e do PFL o senador Carlos Chiarelli.

Com o acordo firmado ontem, altera-se também o processo de encaminhamento de apreciação do projeto com as emendas.

Ficam também eliminadas as sessões da Comissão de Sistematização marcadas para o sábado e domingo para a conclusão da discussão e votação. Isso se a votação de hoje for mesmo pacífica e o acordo for concretizado. No plenário da Constituinte, os autores de mais de 4 mil emendas de mérito rejeitadas pela Sistematização poderão representá-las no prazo de trinta dias, quando então o projeto com propostas de modificação retornam à Comissão de Sistematização, para que o relator Bernardo Cabral dê o seu parecer, podendo se quiser apresentar um substitutivo mudando tudo o que foi feito até hoje pela Constituinte.

EUGENIO NOVAES



Empresários de máquinas levaram suas preocupações à Constituinte

## Nordestinos entregam propostas

A bancada do Nordeste entregou ao presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, senador Afonso Arinos, documento assinado por 188 parlamentares de todos os partidos e Estados daquela região, pedindo a manutenção dos dispositivos e emendas ao anteprojeto constitucional relativos ao planejamento global e regional, objetivando correção das desigualdades inter-regionais e a defesa de outros interesses do Nordeste.

Por sorteio, a apresentação das sugestões à Constituinte coube a uma comissão composta pelos deputados João Carlos Bacelar e Celso Dourado (PMDB-BA), Antônio Mariz e João Agripino (PMDB-PB), Gilson Machado, Paulo Marques e Osvaldo Coelho (PFL-PE) e Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Ismael Wanderley (PMDB-RN) e José Luiz Maia (PDS-PI).

## Empresários: "O Senai não pode ser estatizado"

Preocupados com as propostas apresentadas até agora à Assembleia Nacional Constituinte, na área econômica, empresários do setor de máquinas e equipamentos estiveram ontem no Congresso, onde mantiveram encontro com diversos constituintes.

Acompanhados do presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Luis Eulálio Bueno Vidigal, do tesoureiro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Rui Altenfelder, e do presidente do Sindicato

Interstadual da Indústria de Máquinas (Sindimaq), Luis Carlos Belder Leite, os empresários apresentaram aos constituintes os seguintes pontos que consideram preocupantes: estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; pagamento em dobro do salário no período de férias; estatização da assistência médica; estatização do Sesc, Sesi e Senai, e greve irrestrita.

A todos os constituintes eles cobraram uma definição ideológica da Constituição.

## Empresários colhem sugestões do povo

Porto Alegre — A Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) iniciou um trabalho junto à população para coletar sugestões para a Constituinte. Conforme o presidente da entidade, César Rogério Valente, "nos primeiros dias já se teve uma amostra de que a tarefa é interessante e que algumas propostas talvez não tenham sido apresentadas ainda por nenhum político para constar da nova Constituição".

Valente informa que a Federasul ficará à disposição até agosto de todos os interessados que queiram fazer críticas, dar apoio ou fazer emendas, para serem apresentadas aos constituintes. "Pode ser que daí surja um fato novo, ou pelo menos, se saberá se as propostas que estão sendo apresentadas para a nova Carta representam um consenso dos desejos da população gaúcha", acrescentou.

## Acesso ao Congresso é disciplinado

A mesa diretora da Assembleia Nacional Constituinte baixou ato disciplinando o acesso às dependências do edifício do Congresso Nacional, durante o funcionamento da Constituinte. Segundo o ato, o acesso ao plenário é restrito aos constituintes, parlamentares, funcionários em serviço e jornalistas credenciados. Jornalistas e funcionários em serviço deverão portar crachá visível.

Durante as sessões será exigido o uso de traje pastoso completo nas dependências privativas do Congresso — plenário, Salão Verde da Câmara, Salão Azul do Senado e salas das comissões. No Salão Negro do Congresso poderão ser realizados encontros de natureza popular, mediante autorização prévia do segundo vice-presidente da Constituinte.

De acordo com o ato, se-

rá permitido a qualquer pessoa assistir às sessões das galerias do plenário, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, vedadas manifestações de aplauso e de reprovação ao que se passar no recinto ou fora dele. No entanto, caberá aos partidos, na proporção de seus membros, distribuir convites ao público, para ingresso nas galerias. Nas galerias haverá lugares reservados.

CAIXA

## Projeto da dívida externa é derrubado

Um pedido de votação nominal do deputado Gerson Peres (PDS/PA) derrubou ontem à noite, na sessão plenária da Comissão de Sistematização, o projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB/RJ) destinado a impedir a transformação de parte da dívida externa em capital de risco. Embora obtivesse 26 votos contra sete, o projeto não foi aprovado por falta de quorum.

NACIONALISTAS X ENTREGUISTAS  
A votação do projeto de decisão do deputado Paulo Ramos foi colocada pelo deputado José Genóino (PT/SP) como um embate

entre nacionalistas e entreguistas. Para caracterizar os dois grupos, ele pediu que votassem não ao capital estrangeiro os que estivessem de acordo com o projeto. Assim, o sim tornou-se não o vice-versa.

Além do deputado Gerson Peres, autor da manobra que impediu a aprovação do projeto, votaram "sim", portanto a favor da transformação de parte da dívida em capital de risco, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG) e o deputado Prisco Vianna (PMDB/BA).